



4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, foi iniciada a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), realizada na Casa dos Conselhos, conforme lista de presença anexa. A mesa diretora, composta pelo Sr. Robson André (Presidente), Sra. Íris Rodrigues (Vice-Presidente) e Sra. Gabriela Alves (Secretária), deu as boas-vindas aos presentes, agradecendo a participação de todos. Em seguida, o Sr. Robson André consultou os conselheiros sobre a aprovação da ata da reunião anterior, realizada em março de 2025, bem como da respectiva prestação de contas, documentos que foram previamente encaminhados aos membros por meio do grupo de WhatsApp. Não havendo manifestações contrárias, ambos os documentos foram aprovados por unanimidade. A Sra. Daniele informou que o setor de Controle Interno do município tem entrado em contato com o CMDCA para sanar dúvidas e solicitar documentos conforme análise realizada pelo órgão. O Sr. Robson acrescentou que houve aprovação formal da prestação de contas dos recursos pecuniários do judiciário. O presidente informou ainda sobre a necessidade de alteração na ordem da pauta da reunião, visto que, por compromisso previamente agendado, precisaria se ausentar antes do término dos trabalhos. Em sua fala, destacou as ações da comissão responsável pela divulgação do FUMDICAD, especialmente neste período de declaração do imposto de renda. Informou que foi obtido espaço na Rádio Mantiqueira, onde está sendo veiculada uma vinheta informativa sobre a destinação ao fundo. Na empresa Iochpe-Maxion, a divulgação também está ocorrendo por meio de murais internos com incentivo à destinação. O Sr. Robson alertou para os números preocupantemente baixos de destinação até a data de 19 de abril, informando que, apesar da intensificação nas mensagens de incentivo, pouco avanço foi obtido. O potencial estimado de arrecadação é superior a R\$ 900.000,00, mas até o momento foram arrecadados apenas R\$ 14,00. A comissão estuda realizar contato direto com escritórios de contabilidade, uma vez que muitos profissionais da área relataram desconhecimento sobre essa possibilidade. A Sra. Gabriela questionou se o valor estimado de potencial de arrecadação abrange todos os contribuintes ou apenas aqueles que utilizam a modalidade completa de declaração. A Sra. Daniele acredita que o valor refere-se ao total de contribuintes, considerando que a escolha pela modalidade completa ou simplificada é opcional. O Sr. Robson afirmou não ter confirmação exata sobre essa informação. A Sra. Gabriela acrescentou que muitos contribuintes utilizam a declaração simplificada, o que pode impactar diretamente no valor disponível para destinação. A Sra. Daniele informou que entrou em contato com a Sra. Fernanda, da Secretaria Municipal da Fazenda, a qual comunicou que está sendo programado um evento voltado a empresários e contadores. Nesse evento, será disponibilizado um tempo de fala ao CMDCA, para apresentação da importância da destinação ao fundo. A secretária sra. Daniele agradeceu a presença da vereadora na reunião, salientando a importância do envolvimento da sociedade civil e do poder legislativo nas ações do Conselho. A Sra. Fabiana relatou que entrou em contato com o vereador Sérgio Antônio, que utilizou seu tempo na tribuna para abordar o tema da destinação ao fundo. Na oportunidade, a Sra. Daniele explicou o funcionamento da destinação e destacou a importância dos recursos para o financiamento de políticas públicas e projetos sociais voltados a crianças e adolescentes. Informou que, no ano anterior, o total repassado pelo fundo foi de R\$ 100.000,00, distribuído igualmente entre quatro instituições: Instituto Palpare – Casa Lar (R\$ 25.000,00), Associação Acontecer Tecendo Vidas (R\$ 25.000,00), Associação Amando o Próximo – Nova Esperança (R\$ 25.000,00) e Lar Padre José Gumercindo (R\$ 25.000,00). Foi sugerido que a Câmara Municipal concedesse maior



destaque ao tema, reforçando junto à população que os valores destinados ao governo federal podem permanecer no município por meio da destinação ao fundo. Em outros municípios, a Câmara atua como espaço de abertura simbólica da campanha, com ampla divulgação pelos meios de comunicação locais. Além das ações de divulgação, foi proposta a criação de um selo de reconhecimento para empresas que realizam a destinação ao fundo. Apesar dos esforços empreendidos, os resultados têm sido limitados. A Sra. Daniele reforçou a transparência do Fundo Municipal, destacando que todas as entradas, saídas e prestações de contas estão disponíveis para consulta pública no site oficial da Prefeitura Municipal. A Sra. Daniele trouxe como destaque a importância da destinação de recursos ao Fundo Municipal de Cachoeira Paulista, ressaltando o papel da comunidade Canção Nova, que utiliza os meios de comunicação para sensibilizar a população quanto à importância dessa destinação. Na sequência, discutiu-se a tentativa de agendamento de reunião com o prefeito, com o objetivo de obter apoio institucional às ações do Conselho. Foi mencionado que alguns municípios utilizam as contas de água como meio de divulgação de informações de interesse público. A Sra. Fabiana pontuou a carência de materiais informativos e sugeriu a elaboração de cartilhas como ferramenta eficaz de conscientização. A Sra. Núbia sugeriu que, nos cafés promovidos pelo prefeito, pudessem ser realizadas ações em conjunto com o CMDCA. A Sra. Daniele considerou a proposta pertinente, mas relatou que os contatos tentados até o momento não tiveram sucesso, inclusive a Sra. Fabiana Nadur tem contribuído para articulações, foi informado que além dessas tentativas, houve também formalização do pedido de reunião, porém até a presente data sem retorno por parte do chefe de gabinete. Durante a reunião, a Sra. Débora, representante da Guarda Mirim de Cruzeiro, informou que havia conseguido naquele momento uma resposta positiva do prefeito, que se comprometeu a colaborar com a gravação de um vídeo explicativo. A notícia foi recebida com entusiasmo por todos os presentes. A Sra. Núbia relatou que também está enfrentando dificuldades para agendar reuniões com o poder público. A Sra. Daniele comprometeu-se a enviar o texto que servirá de base para a gravação do vídeo. Em seguida, tratou-se da decisão da comissão responsável pela análise de denúncias contra conselheiros tutelares. O sr. Robson apresentou o documento contendo a denúncia contra a Núbia Cilene e o parecer fundamentado da comissão. O documento foi lido na íntegra, e, não havendo objeções, a plenária acatou a decisão da comissão pelo arquivamento. A Sra. Núbia solicitou uma cópia do documento para registro. Após esse momento, o Sr. Robson pediu licença e se ausentou da reunião, sendo a vice-presidente a responsável por dar continuidade à condução dos trabalhos. Na pauta seguinte, discutiram-se as ações referentes ao mês de prevenção ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. A vereadora presente explanou sobre o projeto de lei de sua autoria que visa inserir oficialmente no calendário escolar atividades voltadas à temática. Ela expressou expectativa de que, a partir de 2026, as ações ganhem maior ênfase. Ressaltou, ainda, a carência de dados concretos sobre a incidência do problema. O Sr. Sérgio compartilhou a experiência vivenciada na escola particular onde seu filho estuda, relatando que a Sra. Letícia realizou uma ação de conscientização que, segundo ele, teve grande relevância. Destacou que, embora o tema seja abordado em casa, a participação de profissionais qualificados torna a abordagem mais eficaz. A Sra. Letícia informou que está organizando uma ação na praça pública, utilizando brinquedos infantis acompanhados de frases reais ditas por crianças vítimas de abuso, como por exemplo: “não conta pra ninguém o que eu fiz”. O objetivo é sensibilizar a sociedade e reforçar a importância da divulgação dos canais de denúncia. A Sra. Íris destacou a relevância das ações de prevenção e reforçou que o compromisso é coletivo, cabendo a toda a sociedade. A Sra. Núbia propôs que o CMDCA convocasse instituições para participar da ação pública na praça. A Sra. Letícia ressaltou a importância da responsabilização dos pais e responsáveis, alertando para a necessidade de vigilância quanto às pessoas com quem as crianças convivem, observando sinais de possíveis abusos, inclusive praticados por familiares ou amigos



próximos. A Sra. Larissa chamou a atenção para a importância de ações lúdicas tanto nas redes públicas quanto privadas de ensino. A Sra. Íris comentou que alguns pais demonstram resistência em relação ao tema. A Sra. Núbia compartilhou sua experiência com uma escola particular que apresentou dificuldade em aderir às ações de prevenção. Observou que, de modo geral, o município tem demonstrado boa adesão às iniciativas. A Sra. Letícia complementou afirmando que, na rede municipal, os responsáveis são previamente informados sobre o conteúdo das abordagens que envolvem o tema. A Sra. Luciana questionou sobre os encaminhamentos realizados nos casos em que a criança revela uma situação de abuso. Esse questionamento conduziu à próxima pauta, referente ao comitê que trata do fluxo e protocolo de atendimento em casos de escuta especializada e revelação espontânea. A Sra. Gabriela fez o convite para participação no comitê e informou que o grupo está trabalhando, tendo como referência as capacitações já realizadas. Outro tema discutido no comitê foi o projeto de lei que trata da regulamentação do acesso às vagas em creches. Em conjunto com a Secretaria de Educação, foram definidos critérios para priorização no processo de seleção, conforme explicou a Sra. Gabriela. A continuidade dessas tratativas está prevista para a próxima reunião, agendada para o dia 30. A Sra. Daniele retomou a discussão sobre as ações do “Maio Laranja” e mencionou que o Fundo Municipal pode financiar tais ações. Talvez o projeto da Sra. Letícia também seja contemplado com financiamento, incluindo os materiais de divulgação. Informou que haverá uma modificação no decreto municipal, a fim de incluir a previsão legal para o custeio de campanhas, conforme já é estabelecido pela Resolução do CONANDA. Ressaltou que a ausência dessa previsão no decreto vigente tem impedido o uso de recursos para esse fim. Durante os debates, foi reforçado que os assuntos abordados estão diretamente relacionados à necessidade de recursos provenientes do Fundo Municipal para o financiamento de projetos e ações que beneficiem o público infantojuvenil. Foi mencionado que a ausência de dados concretos dificulta a elaboração de políticas públicas eficazes. Ao comparar com os relatórios do Conselho Tutelar, observou-se que ainda há escassez de informações sistematizadas, o que prejudica a proposição de estratégias mais assertivas. Em uma conversa anterior com a Sra. Letícia, discutiu-se a possibilidade de viabilizar o financiamento de um projeto por meio de uma instituição parceira. Contudo, foi esclarecido que se tratou apenas de uma sugestão inicial, ainda sem definição concreta. O Sr. Sérgio perguntou sobre a viabilidade de parcerias com organizações como a Palpare. A Sra. Daniele afirmou que tal sugestão existe, desde que respeitada a deliberação do CMDCA e o correto uso dos recursos, com base nas prioridades estabelecidas pelo Conselho. A Sra. Gabriela solicitou o alinhamento das datas das ações programadas. A Sra. Letícia informou que ficou definido que no dia 30 de abril ocorrerá uma ação na praça. Foram sugeridas diversas ideias e datas para a realização de atividades preventivas. A Sra. Íris iniciou a discussão sobre o relatório de atendimentos do Conselho Tutelar. A Sra. Daniele propôs a reflexão sobre a divulgação dos dados quantitativos dos atendimentos, como forma de garantir maior transparência e embasamento para a formulação de políticas públicas em conjunto com os demais órgãos da rede. A Sra. Íris sugeriu que a proposta fosse levada aos demais conselheiros tutelares, para que a decisão fosse tomada de forma colegiada. Entretanto, surgiram dúvidas quanto à legalidade da divulgação desses dados, especialmente no que se refere ao possível comprometimento do sigilo e à exposição indevida de informações sensíveis. Diante disso, foi sugerido que o Ministério Público fosse consultado a respeito da possibilidade e dos limites legais para a divulgação pública desses dados. O assessor da vereadora presente ressaltou a importância das ações de prevenção, mesmo sem a garantia de recursos financeiros. Enfatizou que “o silêncio protege o agressor; a informação protege a criança”, reafirmando o compromisso com a proteção integral. A Sra. Núbia comentou sobre a ideia de criação de um perfil no Instagram para divulgar as ações do Conselho Tutelar, fortalecendo a comunicação com a sociedade. Na sequência, a Sra. Gabriela trouxe o último ponto de pauta, que tratou da capacitação promovida pelo CMDCA,



destacando a necessidade de sistematização dos dados. A Sra. Carol informou que no CRAS já existe uma planilha onde são registrados casos novos, em andamento e encerrados, foi sugerido que o administrativo do Conselho Tutelar verificasse junto ao CRAS a possibilidade de utilizar esse modelo. A Sra. Carol sugeriu ainda uma reunião com o promotor de justiça para discutir a situação das adolescentes em situação de exploração sexual. Ressaltou que, embora a rede de proteção já tenha atuado dentro de suas possibilidades, o problema persiste. A ideia é que esse convite seja formalizado na próxima reunião da rede, para que o tema seja discutido com o Ministério Público e possíveis encaminhamentos conjuntos sejam definidos. Durante a reunião, foi esclarecida uma dúvida relacionada ao relatório do Conselho Tutelar. Constatou-se que o único caso registrado sobre exploração sexual no mês de março refere-se a um novo atendimento, e não a um caso em andamento. A Sra. Daniele alertou para a dificuldade de solicitar uma reunião com o promotor para tratar de aumento de casos sem apresentar dados concretos que sustentem tal afirmação. A Sra. Gabriela explicou que é fundamental levantamento sistemático, é perceptível que o problema persiste. Ela destacou que, mesmo sendo difícil organizar esse levantamento, ele é necessário para subsidiar as demandas junto ao Ministério Público. A Sra. Núbia complementou dizendo que, por vezes, o Conselho Tutelar enfrenta dificuldades estruturais, como a ausência de equipamentos básicos, por exemplo, computadores, o que compromete a efetividade do trabalho. A Sra. Fabiana enfatizou a importância do engajamento da sociedade civil na divulgação e fortalecimento do Fundo Municipal, cobrando maior envolvimento da Câmara Municipal, do Executivo e das instituições da rede, pois percebe uma estagnação nas ações. O convite ao promotor será realizado por meio da reunião da rede de proteção. Por fim, a Sra. Gabriela leu um ofício encaminhado pela Promotoria, que solicita informações sobre as políticas públicas municipais voltadas à saúde mental prevenção de suicídio de crianças e adolescentes. A Sra. Núbia reforçou a importância de se realizar uma capacitação com o Sr. Lauro, especialista na área, e a Sra. Daniele acrescentou que o Fundo Municipal pode e deve ser utilizado para custear capacitações. No entanto, destacou que essa prerrogativa não é exclusivamente do CMDCA, sendo necessário o diálogo com os órgãos públicos para viabilização do financiamento. Não havendo mais nada a ser tratado a reunião foi encerrada.

Robson André Silva
Presidente do CMDCA

Daniele E. Nunes Ferreira
Secretária do CMDCA

Publique; registre-se e archive-se em atendimento ao princípio da publicidade dos atos administrativos e em observância aos preceitos contidos na Lei Orgânica Municipal. Em 27/04/2025.